

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento aprova mais de 400 projetos em 2007

Balanco de atividades do ano destaca também programas como Consciência Limpa, Antonieta de Barros e O Brasil em Debate



Eduardo Guedes de Oliveira

O ano foi de intensa produção parlamentar. O balanço de atividades mostra que a Assembléia Legislativa, além de discutir, votar e aprovar matérias, fortaleceu programas que ajudam a construir uma sociedade inclusiva, consciente e ecologicamente correta. Entre as ações, destaques ficam para o Consciência Limpa, que tem na reciclagem de lixo sua bandeira; o Antonieta de Barros, que ajuda a incluir jovens no mercado de trabalho; O Brasil em Debate, que motivou a discussão com a sociedade de temas latentes e Media Training, que tem objetivo de aperfeiçoar a comunicação entre os parlamentares e a imprensa.

Deputados têm pela frente última semana de trabalho antes do recesso; destaque será para a votação do Orçamento do Estado para 2008

Páginas 6 e 7

APROVADOS

Criado Fundo Estadual de Sanidade Animal

Página 6

Proibido comércio de bebidas alcólicas em rodovias estaduais

Página 8

SC ganha Programa de Reciclagem de Gorduras

Página 8

Sessão solene presta homenagem a Oscar Niemeyer

Eduardo Guedes de Oliveira



Arquiteto Pedro Paulo Saraiva recebe homenagem em nome do colega

Páginas 3



Miriam Zomer

Reunião da Comissão de Segurança garante sede para corporação

Audiência pública põe fim a impasse entre bombeiros e prefeitura de Navegantes

Página 5

Deputados aprovam Plano Plurianual 2008-2011 com 132 emendas

Página 6 e 7

OPINIÃO

A vida pública e os interesses comunitários

O salão da igreja matriz lotado, com a comunidade representada por centenas de pessoas vindas de todos os cantos para pacientemente aguardar as autoridades, deram uma exata dimensão do grau de importância do ato. O tempo fechado impediu teto para a aeronave oficial aterrissar na região, o que fez a comitiva deslocar-se de Florianópolis à Curitiba, e de lá, via rodoviária, percorrer quilômetros numa van, a fim de permitir que o governador Luiz Henrique cumprisse sua agenda de compromisso.

Quando cheguei a Canoinhas, semana passada, em companhia dele e outras autoridades, para participar da cerimônia em que foi selado o protocolo de intenções de Santa Catarina com a Cooperativa Aurora para a construção de uma unidade avícola, constatei, na prática, aquilo que já havia percebido

como um grande salto de qualidade de vida para o Planalto Norte.

Ali estavam os dirigentes da Aurora, as representações dos poderes municipais, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, pessoas da sociedade, naquele que é um grande espaço comunitário destinado às festas locais, todos para testemunhar o acordo.

O interesse da cooperativa é abrir uma nova frente de investimentos, para ampliar sua capacidade produtiva numa região que oferece condições para o desenvolvimento da atividade econômica proposta. O Estado representando catarinenses da região, buscando ampliar oportunidades de geração de atividade econômica e renda, para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Neste contexto, o Poder Legislativo também tem sua participação.

Além de funcionar como parceiro integrador dos interesses comunitários, estimulando a aproximação das partes envolvidas, como deputado vejo, no protocolo entre Aurora e governo, a materialização de uma série de políticas públicas debatidas em nossa Casa e transformadas em leis de incentivo.

Quando o Planalto Norte se habilita a receber um investimento que deve gerar três mil postos diretos de trabalho e absorver mão de obra familiar agrícola para cuidar de mil aviários, num processo que prevê o abate de milhares de aves ao dia, criando um novo pólo de produção de alimentos, constatamos, na prática, como nossa atividade pode ter consequência para a vida das pessoas.

Deputado Antônio Aguiar (PMDB)

Um mandato de resultados

No encerramento deste ano destacamos em nossa atuação a inclusão de inciso na Lei Complementar nº 375/07 que regulamenta o art. 171 da Constituição Estadual e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior em SC, destinando 30% dos recursos para interiorização da Udesc.

Visando a inclusão social, obtivemos aprovação de projeto de lei obriga casas de diversões públicas a destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e a locomoção de deficientes físicos paraplégicos. No setor de prestação de serviços, buscamos garantir em lei a ampliação e regulamentação para comercialização de produtos de caráter não-farmacêutico pelas farmácias e drogarias.

Diminuir os índices de acidentes de trânsito através do projeto de Lei que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado de Santa Catarina, e a instituição da Semana

da Segurança do Motociclista na última semana do mês de julho, com campanhas educativas sobre pilotagem responsável, contra o uso de álcool e fiscalização intensiva do uso de equipamentos de segurança, também foram objetivos de leis de nossa autoria.

A educação básica já pode contar com o acesso direto nas escolas aos veículos de comunicação através do projeto de lei que estabelece o programa de leitura de jornais e revistas em sala de aula, autorizando a Secretaria de Estado de Educação a contratar empresas que forneçam jornais ou revistas, local ou regional.

Também obtivemos sucesso quando aprovado o projeto de lei instituindo o Dia Estadual do Desafio, na última semana do mês de maio. Coordenado pelo SESC a lei propõe que as pessoas interrompam a rotina e pratiquem 15 minutos de atividade física, competindo entre cidades com o mesmo número de habitantes.

Emenda substitutiva global de

nossa autoria garante às micro e pequenas empresas que aderiram ao Super Simples parcelamento de débitos de ICMS em até 120 meses. As empresas que comprarem de estabelecimentos de micro e pequeno porte enquadrados no Simples nacional terão assegurado, pelo Executivo, a transferência de créditos de ICMS.

Destacamos ainda indicações encaminhadas em 2007: manutenção do auxílio alimentação e abono para professores estaduais em licença para tratamento de saúde; isenção de ICMS dos produtos artesanais da agricultura familiar; isenção do pagamento de tarifas bancárias pelas APAE's do Estado; instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel para o município de Ipumirim e construção de trevo de acesso à Rodovia Rovillo Bortoluzzi, SC 467, que liga Xanxerê a Bom Jesus.

Deputado Gelson Merísio (DEM)



Contrato com a direção do Banco do Brasil foi assinado na presidência

Banco do Brasil vai gerenciar contas da Assembléia

A Assembléia Legislativa firmou no dia 13 um contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco do Brasil, que passará a movimentar as contas do Parlamento estadual. Assinaram o documento o presidente da Casa Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), e o gerente regional de varejo do Banco do Brasil em Florianópolis, José Carlos Reis da Silva.

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), conselheiro Carlos Pacheco, estabeleceu contrato similar com a instituição financeira.

A proposta de gerenciamento das contas-salário e das movimentações financeiras da Casa Legislativa foi apresentada em outubro

deste ano pelo Banco do Brasil, em virtude da incorporação do BESC. A transição das contas se dará no prazo de 60 dias. O contrato tem duração de cinco anos e o Banco do Brasil irá destinar à Assembléia, em parcela única, R\$ 4,8 milhões, valor que só poderá ser aplicado em bens patrimoniais.

Entre os benefícios apresentados aos servidores do Legislativo, o Banco do Brasil dará isenção de taxas nos primeiros seis meses, para depois adequar os novos correntistas à política da instituição financeira. O presidente Julio Garcia destacou a segurança oferecida pela transação com uma entidade pública e o interesse demonstrado pelos representantes dos servidores da Casa Legislativa.

[AGENDA]

- **19 de dezembro, 19 horas:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Reunião com Ministério Público Federal, referente à proibição de cadeiras e mesas na faixa de areia das praias do estado
Local: Sala das Comissões
- **20 de dezembro, 19 horas:** Lançamento do CD "Quero te dizer", da cantora Marjory
Local: Auditório Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier e Diogo Evandro Ferreira.

INSTITUCIONAL

Sessão solene presta homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer

Cerimônia marca também o Dia do Arquiteto, cuja profissão será regulamentada pelo governo federal

Scheila Dziedzic

O Parlamento prestou, dia 12, homenagem ao centenário de Oscar Niemeyer, o maior e mais conhecido arquiteto brasileiro. Na sessão solene, foi anunciado que será sancionado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no dia 15, o projeto de lei que regulamenta a profissão de arquiteto e a criação do Conselho Nacional e dos conselhos regionais de arquitetura. A notícia foi divulgada pelo deputado Décio Góes (PT), autor do requerimento da sessão que marcou também a passagem do Dia do Arquiteto, comemorado no dia 11.

O dia 15 de dezembro foi escolhido para a criação do Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo em homenagem aos 100 anos do carioca Niemeyer. Para homenagear o arquiteto, pai de Brasília, foi entregue uma placa comemorativa pelo deputado Décio Góes, em nome da Assembléia Legislativa, ao representante de Niemeyer, o também arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva.

Pedro Paulo projetou o prédio do Palácio Barriga Verde, sede do Poder Legislativo catarinense, na década de 70, com influência de



Eduardo Guedes de Oliveira

Arquiteto Pedro Paulo de Mello Saraiva, que projetou o Palácio Barriga Verde, recebe homenagem do Parlamento ao colega de profissão, Oscar Niemeyer

Niemeyer. Falando em nome também do Sindicato dos Arquitetos de Santa Catarina, ele destacou que seu primeiro contato com Niemeyer se deu durante um concurso, em Brasília.

Comentou que a obra do “nos-

so maior arquiteto” tem universalidade inegável, com diversas obras em países como Itália e França. Lembrou da participação na projeção do prédio da Organização das Nações Unidas (ONU), numa fusão com o projeto de outro arquiteto.

Destacou também as obras nas cidades de Brasília, onde Niemeyer participou do planejamento orientado pelo plano urbanístico de Lúcio Costa e onde construiu uma de suas obras mais conhecidas, o Congresso Nacional, localizado na

Praça dos Três Poderes, um dos lugares que mais admira. Os traços do mais conhecido arquiteto brasileiro foram materializados em diversas obras, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

A profissão com opção de vida

A ligação de Oscar Niemeyer com o estado começou com o projeto de uma biblioteca na Capital, mas não foi executado. Depois o projeto de um hotel em Jurerê e a projeção e execução de um dos mais conhecidos clubes sociais de Florianópolis, o Lagoa late Clube

(LIC). Segundo Pedro Paulo, Oscar Niemeyer não considera a arquitetura um detalhe e, sim, a coisa mais importante da vida.

Outro arquiteto, Miguel Pereira, disse que Niemeyer chega à ruptura da barreira centenária com energia comprovada por suas

Divulgação

atividades desenvolvidas e com a merecida homenagem que é a sanção da proposta que resultou na criação do Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo. Em relação à profissão, defende que deve ser fundamentada na competência conquistada através de conhecimento teórico: na “infra-estrutura de treinamento e educação”. Também no mecanismo de teste de competência profissional, pois, segundo ele, até mesmo o talento fenece após determinado período, se não for alimentado. “Por isso devemos oferecer a oportunidade de testar o conhecimento, a exemplo do que faz a OAB”, comentou.

Pereira acrescentou a importância da organização representativa - os arquitetos agora contam com seis entidades que cuidam de sua representatividade -, e da regulamentação como forma de registro de todos os compromissos de uma prática profissional.

Missão de humanizar e colocar beleza nos ambientes

Autor da homenagem, o deputado Décio Góes, que também é arquiteto, fez um breve relato da profissão, explicando que a origem da palavra arquiteto vem do grego e tem como significado “chefe operário ou mestre da edificação” numa alusão passada, quando o arquiteto era o comandante da obra.

Para destacar a responsabilidade que pesa sobre a profissão, contou que o Código de Hamurabi já previa, em seus artigos 229 e 230, penas para os crimes do exercício profissional do arquiteto dizendo que se um “arquiteto constrói para alguém e não o faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário, este arquiteto deve ser morto; se fere de morte o filho do proprietário, deverá ser morto o filho do arquiteto”.

De acordo com o deputado, as primeiras obras sobre o assunto datam do ano 25 depois de Cristo e são do arquiteto romano Marco Vitruvius Polião, com dez livros sobre teorias e técnicas de arquitetura e urbanismo.

Góes lembrou que Vitruvius já dizia que o arquiteto deve aliar a prática com teoria, ter conhecimento de arte, cultura, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina, direito, astronomia e técnica da construção.

“Hoje o arquiteto humaniza os espaços, colocando sentimento, beleza e sentido de eternidade nas edificações. O arquiteto tem a tarefa primordial de estudar a forma de tornar as cidades mais humanas, habitáveis e não apenas um aglomerado de prédios”, defendeu Góes.



Niemeyer vai romper a barreira do centenário com energia e reconhecimento

INSTITUCIONAL

Sessão especial presta homenagem à Fundação Fênix em Criciúma

Entidade que assiste portadores de insuficiência renal é destaque na rede de apoio aos transplantes de órgãos

Denise Arruda Bortolon

Uma sessão especial marcou, dia 6, o primeiro aniversário da Fundação Fênix de Apoio aos Portadores de Insuficiência Renal. A cerimônia realizada no salão do Criciúma Clube, em Criciúma, homenageou também as pessoas que, direta ou indiretamente, estão envolvidas com o transplante de órgãos e tecidos no Sul do estado. A sessão foi proposta pela Mesa da Assembléia Legislativa e acatada pelos demais parlamentares.

A Fundação Fênix é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que promove, de forma gratuita, a prevenção, diagnóstico e tratamento da insuficiência de órgãos e a recuperação do paciente, buscando o bem-estar de todos os envolvidos.

Fundada em 11 de dezembro de 2006, recebeu o título de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), pelo Ministério da Justiça, em maio deste ano. Ela atua em todo o território nacional, agindo especificamente nas instituições hospitalares e também fora delas, prestando atendimento às pessoas portadoras de deficiências de órgãos e seus familiares.

"A minha primeira palavra vai àqueles que aguardam um transplante e a palavra é esperança", aconselhou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado

Julio Garcia (DEM). Garcia fez reflexão sobre a doação de órgãos. "Recebemos a bênção da vida e o direito de lutar por ela. Mas alguns ainda teimam em ser insensíveis", continuou.

Garcia contou que há alguns meses recebeu os voluntários da Fundação Fênix. Na ocasião, solicitaram sua ajuda para a confecção de material gráfico. "Assim que pude, quis conhecer os seus colaboradores. Era muito pouco ajudar só com esse material. Consultei os deputados do Sul e, por sugestão deles, levamos a proposta para o Plenário. Bendita a hora que realizamos esta sessão, ao final de mais um ano. Isso só engrandece a Assembléia e Santa Catarina", acrescentou. Para ele, a sociedade é muito melhor organizada quando é de baixo para cima "e isso só é possível quando podemos contar com pessoas como vocês", concluiu.

O deputado Décio Góes (PT) afirmou que, ao homenagear a fundação, estão homenageando a todos os que trabalham ou estão envolvidos com os transplantes e doação de órgãos no estado. "A nossa região é destaque em Santa Catarina e Criciúma tem um bom índice de captação de órgãos", disse. Ele afirmou que a sessão prestou homenagem à solidariedade, à vida e ao companheirismo. "É um gesto de amor, nenhum outro é tão maravilhoso", observou.

Deputado destaca imprensa

O papel da imprensa como parceira na divulgação e conscientização da doação de órgãos foi destacada pelo vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Clésio Salvaro (PSDB).

Além da função da imprensa, o parlamentar salientou o credenciamento de Criciúma para a realização de transplantes de rim. "Estaremos em Brasília nos próximos dias para dar maior agilidade ao credenciamento e fazer com que Criciúma e toda a região Sul se transformem em um centro de referência em doação de órgãos e tecidos. Este benefício diminuirá o sofrimento de muitas pessoas", comemorou.

Também presente na solenidade, o secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo

Benedet (PMDB, destacou o trabalho da Fundação Fênix. "Esta é uma fundação sublime que tem como finalidade salvar vidas", considerou.

O secretário de Desenvolvimento Regional de Criciúma, Acélio Casagrande (PMDB), falou em nome do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). Relatou que há um ano Júlio Rocha, um dos fundadores da Fênix, procurou o governador para falar sobre a fundação e recebeu total apoio. "Esta fundação traz muito. Vai ajudar na prevenção, no suporte às famílias e a todos que vão passar pelo transplante."

A sessão contou ainda com a apresentação do Coral Show Criança Feliz, regido pela maestrina Sílvia Teixeira.



Presidente Julio Garcia entrega placa ao médico nefrologista Júlio Márcio Rocha, que preside a entidade

Sentença de morte com dias contados

A idéia de uma fundação que pudesse colaborar com a doação e captação de órgãos surgiu na década de 80 com um debate entre médicos, especialmente os nefrologistas, de Criciúma. Entre eles, estava o médico nefrologista Júlio Márcio Rocha, que atualmente preside a Fênix. "Sabíamos que alguma coisa precisava ser feita para ajudar as pessoas que estavam na fila, pois, naquela década, ter insuficiência em algum órgão era a sentença de morte", comentou.

Com a melhoria no acesso ao atendimento médico, a insuficiência nos órgãos passou a ser diagnosticada cada vez mais cedo e o número de pessoas que tiveram o tratamento aumentou significativamente. Além do acesso ao transplante, a fundação também atua no tratamento das doenças e na prevenção, segundo o seu presidente. Rocha enfatizou a importância de discutir e divulgar o conceito de morte encefálica para o aproveitamento dos órgãos. "Precisamos discutir o assunto com a nossa família e deixar claro o nosso posicionamento de ser ou não doador de órgão, esclarecendo que a doação vai salvar vidas. Queremos proporcionar esperança e demonstrar que o tratamento permite o retorno à vida."

Escola do Legislativo completa sete anos

A Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Joares Ponticelli (PP), completa sete anos no dia 19 de dezembro. A comemoração prévia da data foi feita no dia 4, após a sessão plenária, no Plenarinho Paulo Stuart Wright.

Ponticelli agradeceu o apoio do presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia (DEM), bem como toda a Mesa. Fez menção também aos servidores do Poder Legislativo e, especialmente, à equipe da Escola do Legislativo.

"Temos uma equipe comprometida. Este ano foi o

da superação e queremos o ano de 2008 melhor ainda, afirmou Ponticelli.

Além do presidente da escola, diretores, coordenadores e servidores da Assembléia Legislativa também participaram da solenidade ao lado do gerente da escola de Minas Gerais e vice-presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), Alaor Messias Marques Júnior, e do deputado e secretário de Estado da Organização do Lazer, Gilmar Knaesel (PSDB), que em 2002, como presidente da Assembléia Legislativa, criou a escola.

Novo curso

Para garantir formação específica a servidores, assessores e consultores de casas legislativas e outros profissionais e cidadãos que, de alguma forma, interajam com o Poder Legislativo, a Escola do Legislativo, em convênio com o Cesusc, iniciou, dia 11, o Curso de Especialização em Assessoria Parlamentar.

São oferecidas 40 vagas para o curso, preenchidas por pessoas com curso superior, em licenciatura plena ou bacharelado.

O curso terá duração total de 360 horas/aula, conforme estrutura curricular e calendário específico. As aulas são realizadas no Plenarinho e na sala de aula da Escola do Legislativo.

INSTITUCIONAL

Audiência pública garante sede para Corpo de Bombeiros de Navegantes

Reunião promovida pela Comissão de Segurança Pública põe fim a impasse com administração municipal

Verlaine Silveira

A audiência pública realizada, dia 10, em Navegantes, para debater a ameaça de despejo da guarnição do Corpo de Bombeiros do município, rendeu resultados práticos. Após três horas de debates, a administração municipal concordou que o Corpo de Bombeiros finalmente terá um lugar próprio para instalar seu quartel. Requerida pelo deputado Jailson Lima (PT), a audiência foi promovida pela Comissão de Segurança Pública, presidida no evento pelo deputado Sargento Soares (PDT).

Representantes de bairros, vereadores, os próprios bombeiros militares e o comandante da região de Itajaí, tenente-coronel Mocelin, externaram na audiência sua indignação pela ameaça de corte do pagamento do aluguel, feito pela prefeitura. Com a intervenção da Assembléia, a prefeitura se comprometeu a bancar a locação de uma casa cujo aluguel deverá ser de R\$ 1.500,00 até que o quartel definitivo seja construído.

Para a obra do quartel, o município vai doar parte da área localizada em frente ao atual prédio. Também foi anunciado que o dinheiro do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro de Navegantes, arrecadado durante o

último ano, é de R\$ 234 mil. Acrescidos dos juros, os recursos servirão para a obra do quartel novo.

Os bombeiros receberam ordem de despejo do prédio que ocupam, vendido pelo proprietário, e precisam sair até o dia 31. Também perderam as subvenções de iniciativa da prefeitura local.

Os problemas da guarnição são inúmeros e antigos, começando pelo sucateamento dos equipamentos e viaturas e culminando, nos últimos seis meses, com a falta de perspectivas. Eles se consideram abandonados pelo poder público, em especial pela prefeitura do município, que considera que os bombeiros militares são responsabilidade apenas do Estado.

O prefeito Moacir Alfredo Bento (PMDB) foi representado na audiência pelo chefe de gabinete, Fredolino Alfredo Bento, que estava acompanhado do procurador, Janilton Paulino. Foram unânimes em afirmar que não é do município a responsabilidade de manutenção do serviço.

Com esse argumento, a prefeitura ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) em relação à existência do Fundo Municipal e dos artigos 2 a 16 do Fundo Estadual. A tese foi acolhida pela Justiça com vigência a partir do dia 8 de dezembro.



Tenente-coronel Mocelin (em pé), que comanda o Corpo de Bombeiros na região de Itajaí, participa da audiência

Ofício com reivindicação será enviado

A primeira iniciativa oficial definida na audiência pública será o envio um ofício ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, ao Tribunal de Justiça, à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí e ao prefeito Moacir Alfredo Bento, com a reivindicação da nova sede do Corpo de Bombei-

ros de Navegantes. O terreno será doado pela prefeitura e prédio a ser construído com os recursos já arrecadados do fundo. Deverá ocorrer também uma mobilização no Legislativo estadual, possivelmente uma nova audiência pública, para discutir os fundos de reaparelhamento.

O anúncio da prefeitura de que não iria mais pagar o aluguel para a corporação e a concretiza-

ção da venda do prédio levaram o comandante do Segundo Pelotão dos Bombeiros Militares de Navegantes, Wancarlos Wolinger Corsani, a procurar a prefeitura. Ele queria encontrar o quanto antes uma casa onde pudesse abrigar o quartel. Segundo ele, foram seis meses de conversações sem nenhum resultado, culminando com a iniciativa de pedir a audiência pública.

Ministro da Educação firma metas do PDE com governo de SC

Em solenidade no Auditório Antonieta de Barros, o ministro da Educação, Fernando Haddad, participou, dia 10, do lançamento estadual do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE tem como propósito as transferências voluntárias e a assistência

técnica ou financeira do Ministério da Educação aos municípios, estados e Distrito Federal, vinculadas à adesão do Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), destinado às famílias carentes. As medidas são

fundamentais para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Haddad destacou o compromisso selado entre o Ministério da Educação e o governo de Santa Catarina. Segundo ele, essa é a primeira vez que o Brasil trabalha com a meta de qualidade e não de quantidade. "Estamos iniciando um projeto que precisa ter continuidade em todos os governos independente de mandato", lembrou.

A secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, destacou algumas das 28 diretrizes do programa. Salientou que responsabilidade e compromisso são as bases do PDE que, além de unir esforços entre os governos em todos os níveis, tem desafio integrar o trabalho firmado entre os governos e o Ministério da Educação com pais

e sociedade em geral.

"Trata-se de um processo demorado que precisa da participação de todos os governos para atingir seus objetivos", frisou.

Diretrizes

Das diretrizes do PDE a serem seguidas pelos estados que assinarem o termo de compromisso, Maria do Pilar destacou a promoção da educação; a alfabetização obrigatória para crianças até oito anos de idade; o combate à evasão a partir de acompanhamento individual dos alunos com baixa frequência; a implantação de planos de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito e a formação através do empenho. "Todas essas diretrizes foram formuladas pelo Ministério da Educação após um amplo debate com a sociedade civil sobre o assunto",

comentou.

Maria do Pilar esclareceu que todos os municípios e unidades federadas podem participar do PDE. "Nossa prioridade emergencial é atender os 1.242 municípios brasileiros e 9.861 escolas com as menores notas. Em Santa Catarina, dos 293 municípios, 26 são considerados prioritários, e 23 considerados com deficiência na educação já aderiram ao programa", alertou.

O secretário da Educação, Paulo Bauer, anunciou apoio à iniciativa do governo federal. "Santa Catarina possui um IDEB de 4,3 nas primeiras séries do ensino fundamental, enquanto a média nacional é de 3,8 numa escala de 0 a dez. O estado ocupa o 1º lugar no ranking nacional com médias 4,1 e 3,5, respectivamente. Segundo projeções até 2022, ano do bicentenário da Independência, o estado deve atingir média de 6,3 na avaliação", acrescentou.



Ministro e governador selam compromisso pela educação

INSTITUCIONAL

Deputados dão sinal verde para Plano Plurianual 2008-2011

Os deputados aprovaram, dia 11, o Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. De iniciativa do Executivo e com relatoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), a peça estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para investimentos nos próximos quatro anos.

Das 289 emendas referentes ao PPA, 132 foram acatadas. As audiências públicas regionais originaram 87 emendas, das quais foram aceitas 50. As outras 37 foram substituídas por novas emendas, recebendo alguns ajustes. Foram

ainda recebidas 160 emendas de origem parlamentar, sendo que 42 foram acatadas e 118, rejeitadas. Completam o número três emendas modificativas.

Dois parlamentares, os deputados Sargento Soares (PDT) e Pedro Baldissera (PT), requereram votação em destaque para algumas emendas que julgaram mais relevantes, mas nenhum dos requerimentos foi aprovado. Segundo o relator, por "absoluta falta de condição" e não por irrelevância.

Hinnig destacou a preocupação da equipe que trabalhou

na peça para fazer todas as adequações necessárias a fim de que as prioridades elencadas nas audiências regionais fossem contempladas. Foi parabenizado inclusive por membros da bancada de oposição, como o petista Dirceu Dresch e o líder progressista Kennedy Nunes.

O total da receita do PPA é de R\$ 63.160.138.571,00, sendo que R\$ 43.125.011.528,00 são recursos do Orçamento Geral (67,92 % do total) e R\$ 20.035.127.043,00 (32,08%) são originários de outras fontes.



Deputados já aprovaram o Plano Plurianual 2008-2011 e vão votar o Orçamento de 2008 na próxima semana

Alterado Fundo Estadual de Sanidade Animal

Projeto de Lei Complementar 39/07 de origem governamental que versa sobre recursos a serem aplicados pelo Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa), foi aprovado, dia 11, em Plenário. Ele promove alterações como a destinação de 20% para indenização de abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por febre aftosa; 40% para indenização de abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por outras doenças infecto-contagiosas não passíveis de imunização pela vacinação, e 40% para suplementação de ações relativas à vigilância e fiscalização em saúde animal, a ser repassado ao órgão executor da defesa sanitária animal.

Com relação aos beneficiários, terão direito a receber verbas do Fundo as propriedades que possuam animais que tenham

sido adquiridos de acordo com as normas de trânsito vigentes e com certificados sanitários exigidos pelo serviço de defesa sanitária animal, e que estão sendo criados ou mantidos em locais apropriados e condições adequadas de manejo, nutrição, higiene e profilaxia de doenças e de proteção ao meio ambiente também devem estar em dia com suas obrigações relacionadas aos serviços de cadastro da propriedade, identificação de animais, de trânsito de animais, vigilância, controle, erradicação, fiscalização e certificação sanitária, bem como de débitos com tributos estaduais.

Já a indenização pelo sacrifício dos animais será feita de forma individual, diretamente ao interessado, correspondente a cada animal, sendo calculada pelo valor de mercado de abate de cada animal.

Conselho Estadual de Juventude

Aprovado dia 11, o Projeto de Lei nº 60/07, do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que institui o Conselho Estadual de Juventude de Santa Catarina (Conjuvesc), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

Entre os objetivos, estão pesquisar e debater os problemas e as questões de interesse da juventude catarinense, e articular ações governamentais a partir de propostas e avaliações de políticas públicas promotoras do bem-estar, cidadania, cultura, criatividade e equidade de oportunidades.

O órgão terá onze titulares e onze suplentes, jovens entre 16 e 29 anos, nomeados pelo governador, conforme indicação de vários órgãos públicos e instituições religiosas.

Um ano de conquistas para o Legislativo

Parlamento discute e aprova mais de 400 projetos em 2007 e implanta projetos inovadores



Plenário Osni Régis foi palco também de homenagens em sessões solenes como a que destacou o trabalho realizado pela Escola do Ballet Bolshoi

Graziela May Pereira

Uma revolução nas relações entre Assembléia Legislativa e a sociedade. Foi assim que o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), definiu o ano de 2007 para o Parlamento catarinense. A avaliação foi feita dia 11 durante o lançamento do livro O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, na Sala de Imprensa do Poder.

Durante todo o ano foram discutidos e aprovados mais de 400 projetos. E, até o final do ano, ainda serão votados diversos projetos, como o Orçamento 2008. "É impressionante o volume de atividades desenvolvidas na Assembléia durante o atual exercício. E espero que em 2008 possamos fazer o mesmo", afirmou o presidente.

Num balanço das atividades realizadas pela Casa, Garcia destacou o Programa Consciência Limpa, que prevê a separação do lixo produzido na Casa e a coleta, por entidade



qualificada, responsável pela destinação correta dos materiais. "Esposamos fazer o mesmo", afirmou o presidente.

Também destacou o Programa de Media Training, que tem como

objetivo aperfeiçoar a comunicação entre os parlamentares e a imprensa; a continuidade do Programa Antonieta de Barros, que desenvolve estágio na Casa com jovens carentes e os encaminha para o mercado de trabalho.

Os trabalhos realizados pela Escola do Legislativo também foram comemorados. Em 2007, foram realizados cursos, palestras, simpósios e seminários que alcançaram aproximadamente 10 mil participantes. "O parlamento moderno não se limita a discutir projetos. Nós estamos aqui para, de alguma forma, dar a nossa contribuição para a sociedade."

O Brasil em Debate

Outro destaque do ano foi o programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa, que, segundo o presidente, começou de uma idéia singela. "Tivemos uma grande surpresa. Foi uma pequena idéia que obteve uma conotação maior do que esperávamos.

Sucesso de público e crítica."

O livro foi produzido a partir das palestras do programa de mesmo nome, onde foram discutidos temas como política, esporte, cultura, artes e jornalismo. A iniciativa teve o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa.

Personalidades como Fernanda Montenegro, Lya Luft, Lars Graell, Amyr Klink, Caco Barcellos, Hans Donner e Ricardo Noblat reuniram seus talentos e conhecimentos para mostrar a visão particular sobre grandes desafios brasileiros como o equilíbrio, a felicidade, a ética nas relações e a justiça social.

De acordo com o presidente, a meta principal da Casa durante 2007 era inovar e consolidar a interação entre Parlamento e sociedade. "Procuramos mostrar que o Legislativo catarinense é diferente, porque Santa Catarina é diferente", completou.

Dia para prevenir a mortalidade materna

Preocupado com o índice de mortalidade materna, o deputado Dagomar Carneiro (PDT) propôs, e teve aprovado, projeto para instituir, no dia 28 de maio, o Dia Estadual da Prevenção da Mortalidade Materna.

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 538/2007, o governo estadual, em conjunto com as demais entidades que se rela-

cionam com a prevenção, deverão realizar atividades visando conscientizar a população, especialmente as mulheres e operadores da saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a morte materna de uma mulher durante a gravidez ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da

gravidez. Não é considerada morte materna a que é provocada por fatores acidentais ou incidentais.

A data coincide com o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, instituído em 28 de maio de 1984, no IV Encontro Internacional Mulher e Saúde e do Dia Nacional de Prevenção da Mortalidade Materna.

Combate ao diabetes entra para o calendário

O Dia Estadual do Combate ao Diabetes será comemorado, anualmente, no dia 14 de novembro, Dia Mundial e Nacional do Diabetes, e passará a integrar o calendário de Santa Catarina. Nessa data serão realizadas atividades em conjunto com o Poder Executivo e as entidades representativas, visando a

conscientização, a prevenção e o combate ao diabetes.

Segundo o deputado Dagomar Carneiro (PDT), autor do Projeto de Lei nº 507/07, aprovado dia 11, atualmente existem 5 milhões de diabéticos no Brasil, sendo que cerca de 300 mil têm menos de 15 anos de idade, de acordo com dados do Ministério

da Saúde.

A diabetes mellitus é uma doença crônica que afeta todo o organismo e que, se não for bem controlada, pode desencadear severas complicações agudas e crônicas, causando, na maioria das vezes, mortes prematuras e incapacidades físicas temporárias e permanentes.

Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral

Por iniciativa do deputado Darci de Matos (DEM), foi aprovado o Projeto de Lei nº 167/07, criando a Semana da Boa Postura da Coluna Vertebral nas escolas públicas estaduais a ser realizada anualmente, em abril, coincidindo com o Dia Mundial da Saúde - 7 de abril.

Com a proposição, o parla-

mentar que mostrar a importância da formação do hábito da boa postura, com início na escola, pois a instituição exerce grande influência sobre crianças e adolescentes. Darci lembra que a má postura geralmente é causa de várias lesões. "Cuidar da postura, juntamente com outras atividades, é atitude que promo-

ve a saúde e ajuda a combater a prevenir lesões posturais. A educação postural é algo que se deve perseguir desde a infância, para evitar problemas na idade adulta. Todas as atividades, segundo especialistas, necessitam de uma ergonomia correta para prevenção de defeitos posturais."

Atendimento aos portadores de obesidade

Hospitais, unidades médicas de atendimento emergencial e laboratórios privados de Santa Catarina estão autorizados a disponibilizar equipamentos adaptados ao atendimento de portadores de obesidade mórbida/grave. É o que determina o Projeto de Lei nº 209/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), aprovado na sessão do dia 11.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), entende-se por obesidade mórbida/grave um Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou acima de 40 kg/m². A obesidade mórbida/grave é considerada uma doença causada por vários fatores geneticamente relacionados, tendo como consequência o aumento significativo de doenças clínicas, psicológicas, sociais, físicas e econômicas.

Santa Catarina terá Semana Estadual da Adoção

Os sete dias que antecedem o dia 25 de maio serão destinados à Semana Estadual da Adoção. É o que prevê o Projeto de Lei nº 537/07, de autoria do deputado Onofre Agostini (DEM). Segundo o parlamentar, que hoje é o titular da Secretaria de Desenvolvimento Susten-

tável, o período tem como finalidade a reflexão, a agilização, a comemoração e a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicização do tema, com a realização de debates, palestras e seminários. O dia 25 de maio é o Dia Nacional da Adoção.

Teste do Pezinho nos hospitais e maternidades

O Plenário aprovou o substitutivo global, do deputado Joares Ponticelli (PP), ao Projeto de Lei nº 377/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que torna obrigatória, nos hospitais e maternidades de Santa Catarina, públicos e particu-

lares, contratados em caráter complementar, a realização gratuita de provas para o diagnóstico precoce de Fenilcetonúria (FNC), conhecido como Teste do Pezinho, e do Hipotireoidismo (HC), em todas as crianças nascidas em suas dependências.

APROVADOS

Concedido o título de Cidadão Catarinense a Casildo Maldaner



Peninha: homenagem

Por iniciativa do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), autor do Projeto de Lei

nº 579/07, fica concedido a Casildo João Maldaner o título de Cidadão Catarinense. O parlamentar lembrou que, no período em que Casildo foi governador, inaugurou a terceira ponte que liga a Ilha de Santa Catarina ao Continente, em 8 de março de 1991, denominada Pedro Ivo Campos; sancionou as leis que criaram o Fundo para o Reaparelhamento Judiciário, o Fundo de Ciência, Pesquisa e Tecnologia e o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso; promoveu o saneamento do BESC e concluiu o projeto de abertura de uma agência em cada município catarinense, a última em Timbó Grande.

Nascido em 2 de abril de 1942, em Carazinho (RS), Maldaner iniciou sua carreira política como vereador por Modelo, sendo posteriormente eleito deputado estadual por duas legislaturas, deputado federal, senador e vice-governador, vindo a assumir o governo com a morte do governador Pedro Ivo. Exerceu ainda a Presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). "Como presidente do PMDB de Santa Catarina por três mandatos consecutivos - 1995/2001 - fato inédito no Estado, destacou-se no trabalho de união e independência do partido," lembrou Peninha.

Jornalista Barão será homenageado

Por seus relevantes trabalhos prestados à cultura e ao jornalismo catarinense e por sua trajetória pessoal e profissional, Silvino Santiago Fernandez Goulart vai receber o título de Cidadão Catarinense. Nascido no Rio de Janeiro e conhecido no meio cultural e jornalístico como Barão, ele possui destacada atuação

na arte de produzir esculturas, utilizando como matéria-prima materiais orgânicos (ossos de baleias e outros animais).

A homenagem que será prestada a Silvino Santiago Fernandez Goulart, foi sugerida pelo deputado Professor Sérgio Grandó (PPS) por intermédio do Projeto de Lei nº 463/07, apro-

vado quinta-feira, 13. Segundo o parlamentar, é uma forma de agradecer todos os artistas e jornalistas, que representam o Estado e o Brasil.

"É o reconhecimento a todos aqueles que fazem da produção cultural uma linguagem, uma forma de luta por um mundo melhor, em comunhão com a natureza".

Deputados rejeitam dois vetos

Por 24 votos a nove, os deputados rejeitaram o veto parcial do governo ao Projeto de Lei nº 104/2007, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2008. Outra mensagem de veto rejeitada pelos parlamentares catarinenses foi

a que vetava integralmente o projeto de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB) que trata sobre a proibição de cobrança de taxas pela expedição de diplomas por parte de instituições de ensino superior.

O veto total do governo ao

Projeto de Lei nº 160.5/2007, que isenta graduados e pós-graduados das taxas de expedição de diplomas de faculdades privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais foi rejeitado por 29 votos a seis.

Criado o Programa de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras

Com medidas para proibir o lançamento ou liberação de poluentes nas águas, ar ou solo, foi criado o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e de Uso Culinário.

A matéria foi apresentada pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), autor do Projeto de Lei nº 446/07, aprovado dia 13. O parlamentar afirma que, para enfrentar a crescente produção desses resíduos, deve o governo estadual promover intensa e constante atividade para a coleta e tratamento do lixo de famílias, empresas e entidades catarinenses, além de firmar parcerias com as prefeituras.

O programa quer evitar a po-

luição dos mananciais e do solo; informar a população quanto aos riscos ambientais causados pelo despejo de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal na rede de esgoto e as vantagens múltiplas dos processos de reciclagem; incentivar a prática da reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal e de uso culinário, doméstico, comercial ou industrial, mediante suporte técnico, incentivo fiscal e concessão de linhas de crédito para pequenas empresas que operem na área de coleta e reciclagem pertinentes; e favorecer a exploração econômica da reciclagem de óleos e gorduras de origem animal ou vegetal e de uso culinário, desde a coleta, trans-

porte e revenda, até os processos industriais de transformação, de maneira a gerar empregos e renda a pequenas empresas.



Hinnig: mananciais preservados

Proibida a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 72/07, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), fica vedado servir bebidas alcoólicas em estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento Estadual de Infra-Estrutura (Deinfra) com acesso direto às rodovias estaduais. Não serão abrangidos pela lei os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano.

Os estabelecimentos deverão, obrigatoriamente, afixar, em local de ampla visibilidade, avisos indicativos da proibição, um na porta de entrada e outro no seu interior, e suas dimensões não poderá ser inferiores a 25 cm por 35 cm. Serão considerados infratores o comprador da



Merísio: prevenção como arma

bebida e os estabelecimentos que comercializarem o produto. Os comerciantes já reincidentes ficarão sujeitos ao cancelamento da autorização para acesso às estradas estaduais.

Instituído o Dia Estadual da Imigração Ucraniana



Aguiar: sessão solene anual

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) é o autor do Projeto de Lei nº 442/07, aprovado dia 12, que institui o Dia Estadual da Imigração Ucraniana, a ser comemorado no dia 24 de agosto. A Mesa da Assembléia marcará, anualmente, sessão

solene para comemorar a data. O parlamentar informa que os ucranianos começaram a chegar ao Brasil em 1891, trazendo o estilo bizantino de suas igrejas, seus trajes bordados, comidas e danças típicas.

Em Santa Catarina, os descendentes de eslavos habitam cidades como São Bento do Sul, Mafra e Itaiópolis. Os ucranianos diferenciam-se de outros povos eslavos pela língua, costumes e origem histórica.

A Ucrânia proclamou a sua Independência no dia 24 de Agosto de 1991, daí a sugestão para a data comemorativa no estado. Na sua maioria, os imigrantes ucranianos chegados aqui se dedicaram à agricultura. Experientes cultivadores do trigo eles se destacam na fuma-cultura em Itaiópolis.

Banda Sinfônica da PM passa a ser patrimônio histórico de SC

Presente nos principais acontecimentos da história de Santa Catarina, a Banda Sinfônica da Polícia Militar fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do estado. A homenagem partiu do ex-deputado João Henrique Blasi (PMDB), autor do Projeto de Lei nº 493/07, aprovado dia 13 em Plenário, que destaca a importância de sua participação em manifestações cívicas e eventos públicos.

O autor justificou a propo-

sição ao destacar que no dia 21 de setembro deste ano a banda completou 114 anos de fundação, o que a coloca entre as mais antigas de polícia do mundo. "No transcurso do centenário, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina contribuiu sobremaneira para a formação cultural catarinense, bem como participou da história do estado, exercendo sua função nos momentos mais importantes desta unidade da federação," disse.

PLENÁRIO

Rejeição da CPMF repercute em Plenário

Deputados avaliam decisão do Senado contra a prorrogação da cobrança de imposto

A rejeição pelo Senado Federal da prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), na madrugada do dia 13, foi tema recorrente na sessão ordinária da Assembléia Legislativa. Deputados se revezaram na tribuna entre ataques e defesa à decisão.

No Senado foram 45 votos a favor da prorrogação e 34 contra. O governo precisava de 49 votos para aprovar a proposta de emen-

da constitucional que estendia a vigência da CPMF. Com a decisão, no dia 1º de janeiro o contribuinte brasileiro deixará de recolher o imposto de 0,38% sobre valores movimentados em bancos, em forma de saques em dinheiro ou cheques. Segundo estimativas do governo, o tributo iria gerar uma arrecadação de R\$ 40 bilhões em 2008.

O primeiro a abordar o tema foi o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que alegou ser esta decisão

um "nocaute no povo brasileiro". O parlamentar lamentou o fato de que os que mais vão sentir a repercussão da rejeição serão as pessoas que sofrem com os problemas da saúde no Brasil e creditou a responsabilidade à falta de compromisso e sensibilidade com a sociedade por parte da oposição.

Também do Partido dos Trabalhadores, o deputado Décio Góes culpou as elites pela derrota. "Num momento de expansão econômi-

ca, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescente as elites ali representadas optaram por derrotar a CPMF e complicar a administração do país como forma de retornar ao poder." Em aparte, Góes recebeu apoio do companheiro Pedro Uczai (PT) que afirmou esta ter sido "não uma derrota do governo, mas da saúde, da educação e de milhões de brasileiros que buscam dignidade".

Na bancada do PMDB, o deputado Rogério Mendonça - Peninha manifestou-se alegando que "nenhum imposto é popular, mas este era um imposto justo, já que cobrava do pobre e do rico. Talvez agora tenhamos ânimo para realizar uma reforma tributária". A mesma avaliação partiu do correligionário Elizeu Mattos, para quem o imposto era justo, "mas mal investido". Segundo Mattos, "utilizaram os recursos no Bolsa Família enquanto a saúde, seu real destino, ficou em segundo plano". Já o deputado Renato Hinnig avaliou que o governo federal vai precisar construir uma nova saída.

partiram da bancada tucana na Assembléia. O deputado Nilson Gonçalves utilizou o horário de seu partido para fazer coro aos petistas e criticar o jogo político inerente a todas as cores partidárias.

A análise de Gonçalves foi adiante e o parlamentar ampliou sua abordagem avaliando que "independente de quem está no poder a disputa seria a mesma, como aconteceu anteriormente, restringindo o embate ao jogo político pelo poder e não pelos interesses da sociedade".

As demais manifestações tucanas foram de regozijo pela não-prorrogação. O deputado Serafim Venzon afirmou que o Brasil cobra muito imposto e distribui mal e defendeu a reforma tributária. O deputado José Natal, que presidiu o Fórum pelo Fim da CPMF, creditou o resultado à sabedoria e inteligência dos senadores e disse que foi um recado ao presidente Lula sobre a importância do Legislativo na condução dos destinos do país. O líder do PSDB na Casa, o deputado Marcos Vieira foi taxativo ao afirmar que o Senado mostrou quem é o verdadeiro representante da sociedade.

Embate

Depoimentos contraditórios



Carlos Killian

Deputados se manifestam sobre o veredito do Senado, que pôs fim à cobrança do imposto a partir de janeiro

Andrino leva MP ao Legislativo

Dentro de uma semana, representantes do Ministério Público participam de reunião na Assembléia Legislativa para debater a decisão de proibir a colocação de cadeiras e mesas pelos bares e restaurantes de toda a orla. A iniciativa foi do deputado Edison Andrino (PMDB), que fez o pedido à comissão de Turismo da Casa, presidida pelo deputado

Décio Góes (PT). Foi marcado o dia 19, às 19 horas, para realizar o encontro, com a presença de colônias de pescadores, prefeituras e secretarias de Turismo de vários municípios litorâneos.

Segundo Andrino, o motivo alegado para a proibição teria sido uma reclamação dos pescadores de que os proprietários de bares e restaurantes promovem

uma ocupação provisória da praia que causa problemas para a pesca, especialmente de tarrafa. O deputado disse que ficou intrigado com o posicionamento, pois a época de pesca em Santa Catarina acontece no inverno, e hoje não existe pescador profissional que use a tarrafa, que é mais para seu lazer do que para a pesca artesanal.

SC precisa rastrear gado para exportação

O deputado Valmir Comin (PP) esteve nos Estados Unidos reunido, no dia 7, com criadores de gado e empresários do setor. Ele conferiu como os norte-americanos estão usando microchips para rastrear seus rebanhos.

Ele também participou das discussões com empresários para viabilizar a exportação catarinense para aquele país, que impõe o uso

dos microchips para o rastreamento, propiciando controle total de qualidade.

De Santa Catarina, participaram o vice-governador Leonel Pavan (PSDB), e o secretário especial de Articulação Internacional, Vinícius Lummertz, além do deputado Comin e assessores. Eles estiveram reunidos com o diretor do Departamento de Comercialização do governo dos Estados Unidos, Jim Riva, responsável pela sanidade animal. Segundo Comin, Riva esclareceu que o pedido de Santa Catarina para exportar para os Estados Unidos precisa passar pelo Ministério da Agricultura.

Há inúmeras exigências que precisam ser cumpridas, as mesmas que seguem os criadores norte-americanos. Elas seriam o primeiro passo para firmar um acordo comercial. Depois disso, deverá ser adotado o sistema de rastreamento eletrônico, o mais eficaz que há atualmente.



Comin: inúmeras exigências

Odete apreensiva com a falta de cuidados com a natureza

A rejeição pela Comissão de Constituição e Justiça, no dia 12, do Projeto de Lei nº 548/07, levou a deputada Odete de Jesus, líder do PRB e autora da matéria, a se pronunciar em Plenário. Se aprovado, o projeto instituiria no estado o programa "Salve Ecologia", cuja finalidade era dar atendimento a denúncias de infrações ambientais, contribuindo para preservar, conservar,

defender, recuperar e melhorar o meio ambiente.

"O Planeta Terra está por um fio, está morrendo, pois não há cuidado", disse. Odete afirmou que entrará com recurso para tentar resgatar o projeto que, segundo ela, é de suma importância para a sobrevivência do planeta. Aproveitando o pronunciamento, pediu apoio aos colegas parlamentares. "Vou

tentar salvar este projeto como já fiz com outros, mesmo que seja no próximo ano", frisou.

Preocupada com a degradação da natureza no estado, país e planeta como um todo, Odete observou que Santa Catarina, lugar em que todos os brasileiros desejam morar, seja pelas belezas naturais ou qualidade de vida, precisa de atenção e cuidados.

Orçamento será votado no dia 19

Executivo projeta R\$ 10,688 bilhões para 2008: saúde e educação deverão ser priorizadas atendendo à Constituição

Segundo estimativa do Executivo, o valor do orçamento para 2008, incluindo receitas e despesas, é de R\$ 10,688 bilhões. A peça orçamentária teve o parecer conclusivo do relator, deputado Gelson Merísio (DEM), apresentado dia 12, na Comissão de Finanças e Tributação. Por acordo entre os parlamentares, todos estão com a matéria em pedido de vista para melhor análise até sua deliberação na manhã do dia 19. Durante a tarde a matéria irá para votação em Plenário. Cumprindo determinação constitucional, serão priorizadas as áreas de saúde e educação. Por decisão do governo, o mesmo ocorrerá com a área de infra-estrutura.

Na leitura de seu relatório, Merísio informou que foram apresentadas um total de 268 emendas, divididas em anexos. O primeiro aglutinou as 51 emendas das bancadas, dentro da proposta do relator que prevê a divisão de R\$ 40 milhões proporcionalmente ao número de parlamentares que as compõem. Do segundo anexo constarão as

87 emendas do relator, que foram apresentadas por parlamentares e bancadas, mas que tiveram a necessidade de adequação ao texto legal e, ainda, outras cinco, encaminhadas pelo próprio Merísio. Do terceiro anexo constarão as oito emendas enviadas pelo Executivo e que tratam de adequações redacionais e propõem remanejamento de metas/prioridades no orçamento das próprias secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Deste anexo também constam as 32 prioridades definidas pelas comunidades nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Após análise das prioridades de cada região, feita pela Coordenadoria de Orçamento da Casa, constatou-se que, das 108 propostas colhidas nas reuniões, 76 já estavam contempladas na proposta do Executivo e as 32 restantes, aprovadas no PPA, foram apresentadas sob a forma de emendas do relator.

Entre as emendas do Executivo, está a proposta que busca atender a Lei Complementar nº

391, de 18 de outubro de 2007, que instituiu o Fundo Especial da Defensoria Dativa, visando complementar os recursos para advogados que exercem funções na Defensoria Dativa e Assistência Jurídica Gratuita. Em seu relatório, Merísio explica que o

Fundo, que deveria estar inserido na peça orçamentária, não foi contemplado porque foi criado após o envio da peça, no final de setembro. Para que o objetivo da Lei Complementar seja atingido, é imprescindível a criação do Fundo no orçamento para

2008. As emendas representam R\$ 299.333.505,00. Destes, foram acatados R\$ 47.999.220,00. Merísio destacou que este orçamento se diferenciou pela inclusão das emendas das bancadas. "Buscamos criar um critério justo sem conotação partidária", disse.

Jonas Lemos Campos



Deputado Gelson Merísio, relator do Orçamento, apresenta parecer conclusivo na reunião da Finanças

Servidores da Segurança Pública cobram lei que garante reajuste

Cerca de três mil funcionários da Segurança Pública lotaram, dia 11, as galerias do Plenário. Eles reivindicavam o cumprimento da Lei 254/03 e a retirada da pauta de votação do PLC 05/07, de Origem do Executivo, que veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais integrantes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão por ocasião da participação em cursos de qualquer natureza.

A lei 254/03 trata do reajuste salarial dos policiais e dos bombeiros militares de Santa Catarina, aprovada pela Assembleia no dia 13 de novembro de 2003, e sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) no dia 15 de dezembro do mesmo ano. Desde então os funcionários cobram o reajuste integral proposto pela lei.

O deputado Sargento Soares (PDT) ocupou a tribuna para se



Carlos Kilian

Deputado Sargento Soares ocupa tribuna para se solidarizar à causa

solidarizar aos servidores. Disse que este ano foi difícil e sem notícias boas, a não ser a retirada do PLC 05/07. A luta pelo cumprimento integral da Lei 254 foi relatada por ele.

O parlamentar destacou que a última vez que o governador se reuniu com a Associação de

Praças de Santa Catarina (Aprasc) foi no dia 17 de outubro de 2006, "às vésperas da reeleição. Depois que foi reeleito, as propostas foram fechadas para nós. Acreditamos no compromisso de cumprir a lei nos primeiros dias de governo e essa é a nossa mágoa", revelou.

Aprasc e Sintespe pedem ajuda parlamentar

Os presidentes da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), João Manoel da Costa, e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe), Mário Antônio da Silva, também fizeram uso da tribuna, após um acordo dos líderes dos partidos.

O posicionamento dos deputados sobre o cumprimento integral da Lei 254/03 foi questionada por João Manoel. "Esperamos uma decisão mais firme dos deputados na cobrança do pagamento da lei por parte do governo estadual. Até quando esta Casa vai fazer leis e o governo não vai cumprir?", provocou.

O representante da Aprasc questionou o posicionamento do comando que proibiu, através de um comunicado interno, que os funcionários se deslocassem para a Capital. "Esta atitude é, no mínimo, autoritária", falou. De acordo com ele, 15 mil policiais foram

empenhados nesta operação. "Ou seja, Santa Catarina vai pagar. São 15 mil policiais aquartelados. Fizemos isso porque ficamos com medo da nossa atividade. Deviam encarar a situação. Quatro policiais militares morreram na última semana e oito se suicidaram este ano. E ninguém faz nada. Nossa categoria está abandonada. Temos que lutar para conquistar o nosso espaço", refletiu.

Já Mário Antônio alegou a adesão na manifestação pela necessidade de lutar pelo que é devido. "Vamos voltar, vamos mobilizar as categorias porque o governador usa sua mão de ferro, através da máquina administrativa, quando lhe convém." A alternativa de privatizar os presídios catarinenses é outro assunto que incomoda o presidente do Sintespe. "Temos um dossiê sobre alternativas de como sistema pode funcionar. E não é privatizando."

Relatório jurídico faz radiografia da situação fundiária do Tabuleiro

Estudo apresentado pelo Grupo de Trabalho constata que não há resolução para 100% dos casos ocupacionais

Andreza de Souza

Com o objetivo de apresentar as alternativas para regularizar a situação de domínio de áreas no entorno e no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foi apresentado, dia 11, na Assembléia Legislativa, uma síntese do Relatório Técnico Jurídico sobre as necessidades apontadas pelo grupo de trabalho. A reunião teve a participação dos deputados Décio Góes (PT), coordenador do Fórum Parlamentar Permanente para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Renato Hinnig, relator, e Edison Andrino, ambos do PMDB.

O consultor do Projeto de Proteção da Mata Atlântica, Valmir Detzel, disse que não existe uma única solução, mas uma composição de soluções para as áreas internas e externas ao parque. O estudo constatou que não há resolução para 100% dos casos ocupacionais e os que têm posse de terra não têm direito legal sobre elas, já que não existe usucapião em terras do Estado, que deverá se pronunciar.

Valmir observou que a prefeitura de Palhoça, município que compreende a maior parte do parque, fez a venda de vários lotes, quando só poderia demarcar ou arrendar, nunca transferir a propriedade. "Esse impasse se

instalou a partir da década de 50", explicou.

Pela relevância e polêmica do tema, foram questionados pontos como a regularização fundiária da Baixada do Maciambú, o diagnóstico socioeconômico das localidades e delimitação do parque.

Valmir esclareceu que o estudo tinha como único objetivo o relatório jurídico e que o restante será analisado no decorrer do trabalho. As palavras do consultor foram reforçadas pela bióloga e representante da Fatma no grupo de trabalho do Fórum Parlamentar, Ana Cimardi, que afirmou serem estes os próximos passos do fórum e dos grupos de trabalho.

Esforços

Os parlamentares destacaram os avanços desde a criação do Fórum Parlamentar do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 2006, mas acreditam que os esforços precisam continuar.

"Vamos continuar trabalhando pela relevância do tema", disse Góes, acompanhado por Andrino: "Temos que preservar essas áreas e colocar no contexto a figura humana que é fundamental." Hinnig completou: "Estou otimista em encontrar uma solução mais adequada para resolver essa questão que se arrasta por tantos anos."



Reunião do Fórum Parlamentar Permanente para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro na Sala de Comissões

Um enredo de controvérsias e polêmica

O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro é a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral de Santa Catarina. Seus 90 mil hectares (aproximadamente 1% do território do estado) protegem cinco ecossistemas do Bioma Mata Atlântica: restingas, manguezais, florestas de encosta, mata de araucárias e campos de altitude. Além disso, ilhas, praias, planícies e montanhas estão distribuídas entre os nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio,

São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza/Araçatuba, do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da Ilha de Santa Catarina.

Além do elevado valor ecológico e paisagístico, a área tem importância socioeconômica por possuir mananciais, rios e córregos, que fornecem água potável para centenas de milhares de habitantes da Grande Florianópolis. Apesar do inestimável valor sócioambiental, e

mesmo tendo sido criado há mais de 30 anos pelo Decreto 1.260/75, o Parque do Tabuleiro ainda não foi efetivamente implantado, já que as propriedades não foram indenizadas, faltam demarcação física, plano de manejo e conselho gestor. Muitos problemas e conflitos se agravaram com o avanço da ocupação humana. Com isso, surgiram diversos movimentos e propostas. Em abril de 2006, Assembléia criou o Fórum Parlamentar Permanente do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Agricultura discute impacto de construção de usinas hidrelétricas

Nove projetos para a construção de usinas hidrelétricas (UHE) nos rios Chapecó e Chapecozinho, Oeste do estado, com potencial de 387,10 megawatts por hora, estiveram em debate durante audiência pública, dia 6, em Coronel Freitas.

A reunião foi promovida pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), autor do requerimento. A audiência é resultado de um seminário que determinou a busca de todos os estudos relacionados à

construção de barragens junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O vice-prefeito de Coronel Freitas, Mauri José Zucco, uma das lideranças engajadas na discussão, uma vez que somente em seu município seriam desenvolvidos três destes projetos, apresentou um levantamento sócioeconômico. Segundo ele, os nove projetos de UHEs implicam numa estimativa de 200 famílias atingidas, sendo que 95% são agricultores familiares e com propriedades em recuperação ambiental. Ele informou

que este processo já está em fase de estudo, de acordo com o despacho nº 948, de 4 de abril de 2007, feito pela Aneel.

Zucco fez um alerta para as consequências das usinas e citou como problemas o alagamento de terras produtivas, impactos ambientais, o desemprego, a extinção de comunidades, a diminuição da população significando empobrecimento dos municípios e exodo rural, além da perda para os municípios de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Deputados Uczai e Dresch participam da reunião em Coronel Freitas

COMUNIDADE

Fotos: Jonas Lemos Campos



Crianças e adolescentes dividem o tempo entre disciplinas curriculares e a música, que tem na percussão o foco do projeto, utilizando instrumentos feitos com material encontrado no lixo

A cidadania que vem da música

Projeto “Brincando de Aprender, em ação no Monte Cristo e em Capoeiras, beneficia 400 crianças e adolescentes com atividades inclusivas

Rose Mary Paz Padilha

Brincadeira e aprendizado unidos num mesmo projeto. Assim é o “Brincando de Aprender” desenvolvido na Casa Lar Fabiano de Cristo, na comunidade do Monte Cristo e no Centro Educacional Dom Orione, em Capoeiras, ambos em Florianópolis. Eles beneficiam 400 crianças e adolescentes entre dois e 16 anos, que dividem o tempo entre as disciplinas curriculares e a música. Com dez anos de existência, o “Brincando de Aprender” tem apoio do supermercado Rosa e da Fundação Catarinense de Cultura. A FCC fomenta o funcionamento do projeto.

O multiinstrumentista Cristian Alexandre, conhecido como “Ubrother”, é o idealizador e coordenador do projeto, que tem apoio de cinco pessoas. Músico profissional, Ubrother conhece bem a realidade de crianças carentes. Ele mesmo veio de um projeto como esse, que busca

educar crianças e adolescentes para se tornarem cidadãos. Hoje, Ubrother deixou de fazer turnês longas para tocar o projeto, que começa com a vivência musical e depois passa pela alfabetização. Mas, sempre que possível, ele acompanha nomes renomados da música brasileira, como Nando Reis, João Bosco, Lamandu Costa e Paulinho Moska.

A percussão é o foco do projeto. Latas de todos os tamanhos viram instrumentos musicais. O material encontrado no lixo, que pelas mãos da artista plástica Maçan Guedes, ganha cara nova com outros materiais recicláveis. Maçan também faz o figurino das apresentações em eventos itinerantes. As composições são de Emilio Pagoto, mestre em Linguística pela UFSC, com criações exclusivas para as crianças e adolescentes. Eles vão participar de uma peça de Franklin Cascaes, “O Menino”, que vai retratar Cascaes como criança.



Cristian Alexandre, idealizador, e a artista plástica Maçan Guedes

Folha de papel ofício foi o pontapé inicial

A história de aprendendo a brincar e brincando de aprender começou com uma simples folha de papel ofício. Cada criança recebeu uma folha e durante semanas tiveram que cuidar do material como se fosse um instrumento musical. Depois, receberam uma baqueta de madeira e o cuidado teve que ser o mesmo, já que disciplina é uma das exigências do projeto.

Depois veio a lata, assim como virá madeira no ano que vem. Numa oficina de marcenaria que trabalha com a inclusão produtiva e a auto-sustentabilidade do projeto, os pequenos músicos vão confeccionar instrumentos como o cavaco e o cajon. “O lúdico é importante, mas o concreto é muito mais importante”, destacou Ubrother. Uma de suas lutas e que, se for alcançada, trará muitos

benefícios ao projeto, é torná-lo técnico junto ao MEC e à Ordem dos Músicos do Brasil.

Ritmos como o maracatu, o maxixe e o samba já fazem parte do dia-a-dia do projeto, num aprendizado de afeto pela escola e gosto pela música. É nas atividades do “Brincando de aprender” que cada um tem a oportunidade de uma vida de perspectivas, de tornar a música um ofício.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Debora Fraga

Nascido em 22/11/1989
Desaparecido em 26/10/2007
Cidade: Porto Alegre - RS



Kefferson dos Santos Silva

Nascido em 16/03/2004
Desaparecido em 06/08/2005
Cidade: São Paulo - SP



Priscila Dias da Silva Boaventura

Nascida em 18/07/1988
Desaparecida em 03/12/2002
Cidade: São Paulo - SP



Geovani de Jesus Ferreira

Nascido em 24/11/1993
Desaparecido em 06/01/2007
Cidade: Belo Horizonte/MG